

pl. 18  
B.

Processo n.º 06/09

## RELATÓRIO FINAL

### I. TRÂMITES PROCESSUAIS

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou o presente processo disciplinar contra o corredor **xxx, com a licença n.º x da equipa xxx**, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo em competição, realizado no dia 14/06/2009, com o código x e que acusou a presença da substância Efedrina numa concentração superior à legalmente admissível (concentração de 19,2 µg/mL, sendo o limite máximo de 1 0 µg/mL), sendo, por isso, proibida.

Para instrutor do processo, a UVP/FPC nomeou o Dr. Tito Crespo.

No âmbito do referido processo, foi realizado o presente inquérito (v. artigo 15º, do Regulamento de Controlo Antidopagem da UVP/FPC, adiante RCA-UVP/FPC), durante o qual se enviou a nota de culpa ao Arguido e se procedeu, *inter alia*, à sua audição.

O Arguido não respondeu à nota de culpa, nem apresentou qualquer requerimento probatório.

Aquando da sua inquirição, confessou imediatamente a prática dos factos que lhe eram imputados e mostrou-se arrependido. Indicou qual o produto que tomou que continha a substância Efedrina (Sida-Corifolia, da Garnell Nutrition) e justificou que recorreu à toma com o único intuito de perder peso. Identificou a pessoa que lhe vendeu o produto (x –desconhece o apelido), bem como o ginásio onde procedeu à sua aquisição (“Ginasius”, em xx x Mais sublinhou que procedeu à toma sem o conhecimento do Médico da equipa, bem como do Director Desportivo.

Posto isto, cumpre apenas analisar se o Arguido praticou, ou não, algum acto de dopagem.

Inexistem quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer (nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Disciplinar), pelo que, concluída a instrução, cumpre apreciar.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

Com base nos relatórios de ensaio elaborados pelo Laboratório de Análises de Dopagem (amostras A e B) e na confissão do Arguido, considera-se provado que este procedeu à toma da substância proibida Efedrina (v. fls. 4, 6, 12 e 13).

Este facto consubstancia uma infracção ao disposto no artigo 1º, do Decreto-Lei n.º183/97, de 26 de Julho e do artigo 1º do Regulamento de Controlo Antidopagem da UVP/FPC (adiante RCA-UVP/FPC), sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 1º, B), do Anexo IV, do RCA-UVP/FPC (em virtude de se tratar de ciclista da categoria x). Nos termos desta norma, tratando-se da primeira infracção, a sanção equivalerá à desqualificação, suspensão de seis meses a dois anos, multa de €311,75 e €623,50 e perda de 20 pontos na classificação individual.

## III. CONCLUSÃO

A medida da pena deve ser determinada em função da culpa do agente e das exigências de prevenção.

Neste caso, a conduta do Arguido é-lhe imputada, pelo menos, a título de negligência. Com efeito, os ciclistas, mesmo não sendo profissionais, se participam em provas oficiais, submetendo-se, consequentemente, ao controlo antidopagem, não podem desconhecer a listagem de substâncias proibidas. De resto, esta listagem encontra-se acessível ao público em geral, através do sítio da UVP/FPC na internet, pelo que, não há qualquer justificação para o seu desconhecimento.

Mesmo a admitir-se que o resultado positivo do controlo antidopagem, no caso concreto, ficou a dever-se a um tratamento para perder peso, não deveria o Arguido ter deixado de se informar

com o médico ou o Director Desportivo acerca da composição do produto que pretendia tomar e de solicitar ao CNAD a Autorização de Utilização Terapêutica de Substâncias Proibidas (AUT).

Assim sendo, estamos em crer que a negligência que, perante a prova realizada, é imputável ao atleta, deve ser considerada grave.

A favor do Arguido deve ser invocado o facto do mesmo ter confessado de imediato a infracção e de ter apenas 21 anos, sendo por isso inexperiente, o que reduz a censurabilidade da sua conduta.

Por outro lado, há ainda que tomar em linha de conta as finalidades da pena. Ora, se é certo que a repressão do doping é um objectivo fundamental para garantir a justiça dos resultados desportivos na modalidade, esta não poderá servir, em primeira análise, para amputar a carreira desportiva das jovens esperanças da modalidade. Serve isto para dizer que o Arguido é internacional pela xxx e atravessa uma fase crucial da sua carreira, em virtude deste ser o seu último ano nos escalões jovens, pelo que, a aplicação de uma sanção pesada castrar-lhe-ia qualquer hipótese de chegar a profissional e, consequentemente, ditaria o seu afastamento precoce da modalidade.

Por último, importa referir que o Arguido não trabalha e não tem rendimentos declarados.

Assim sendo, considerando tudo quanto acima se expôs, nos termos do artigo 19º, do RCA-UVP/FPC, e do artigo 1º, B), do Anexo IV, ao mencionado regulamento, propomos a aplicação ao Arguido das seguintes sanções:

- Desqualificação no xxx;
- Seis meses de suspensão (Início: 15.09.2009; Termo: 15.03.2009);
- Multa de €311,75;
- Perda de 20 pontos na classificação individual.

Lisboa, 8 de Outubro de 2009

O Instrutor,





# UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO

fl. 21

Processo n.º 06/09

## DECISÃO EM PROCESSO DISCIPLINAR

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou, em 15.09.2009, contra o ciclista xxx processo disciplinar, no seguimento de uma participação efectuada pelo CNAD, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo em competição, realizado no dia x, com o código x e que acusou a presença da substância proibida Efedrina numa concentração superior à legalmente admissível (concentração de 19,2 µg/mL, sendo o limite máximo de 1 0 µg/mL), sendo, por isso, proibida.

No termo da instrução do presente processo foi elaborado relatório final (v. fls. 18 a 20 do Processo Disciplinar) que se subscreve na totalidade e para o qual se remete, passando o referido relatório a fazer integrante da presente decisão.

UTILIDADE  
PÚBLICA  
23-12-1927

UTILIDADE  
PÚBLICA  
DESPORTIVA  
07-10-1994

De acordo com o relatório final de inquérito, a conduta do Arguido consubstancia uma infracção ao disposto no artigo 1º, do Decreto-Lei n.º 183/97, de 26 de Julho e do artigo 1º do Regulamento de Controlo Antidopagem da UVP/FPC (adiante RCA-UVP/FPC), sendo aplicáveis ao caso as



sanções previstas no artigo 1º, B), do Anexo IV, do RCA-UVP/FPC (em virtude de se tratar de ciclista da categoria sub-23). Nos termos desta norma, tratando-se da primeira infracção, a sanção equivalerá à desqualificação, suspensão de seis meses a dois anos, multa de €311,75 e €623,50 e perda de 20 pontos na classificação individual.



Assim, atendendo às motivações constantes do relatório final de inquérito, nos termos do artigo 19º, do RCA-UVP/FPC, e do artigo 1º, B), do Anexo IV, ao mencionado regulamento, decide-se a aplicação ao Arguido das seguintes sanções:



-Desqualificação no xx x





# UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO

Pl. 22

- Seis meses de suspensão (Início: 15.09.2009; Termo: 15.03.2010<sup>10</sup>);

- Multa de €311,75;

- Perda de 20 pontos na classificação individual.

Notifique-se a decisão ao Arguido, juntando-se em anexo o Relatório Final de Inquérito..

Lisboa, 19 de Outubro de 2009

O Conselho Disciplinar

*[Handwritten signatures]*  
João Pedro Antunes  
Miguel Sousa Geresino

UTILIDADE  
PÚBLICA  
23-12-1927

UTILIDADE  
PÚBLICA  
DESPORTIVA  
07-10-1994



CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL

